



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0017607-06.2021.6.05.8000
SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL
INTERESSADO : COORDENADORIA DE OBRAS E MANUTENÇÃO PREDIAL
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E DE SERVIÇOS
ASSUNTO : Pregão 07/2022. Recurso itens 7 e 8.

PARECER nº 179 / 2022 - PRE/DG/ASJUR

1. A Diretoria-Geral submete à apreciação desta Assessoria Jurídica o recurso interposto pela empresa LEILA ARAUJO ARGOLLO (docs. nºs. 1864255 e 1864256), contra a decisão do Pregoeiro que, no Pregão nº 07/2022, declarou vencedora, para os itens 7 e 8, a empresa GLEICE MARIA SIQUEIRA DE BARROS SANTOS.

2. Alega a Recorrente, pelas suas palavras, que *"na documentação enviada pela empresa o quantitativo da capacidade técnica enviado não chega nem aos 10% do total solicitado"*. Aduz, ainda, suposta apresentação de nota fiscal como documento substitutivo de atestado de capacidade técnica, ao tempo em que informa não ter tido acesso à resposta da vencedora no chat, pressupondo, assim, descumprimento da diligência *"no tempo estimado"*, e finaliza noticiando não ter conseguido visualizar *"o envio do anexo com a proposta retificada"*.

3. No prazo de contrarrazões, a empresa GLEICE MARIA SIQUEIRA DE BARROS SANTOS se manifestou, nos seguintes termos (docs. nºs. 1864260 1864264):

"A empresa GCI soluções LTDA inscrita no CNPJ Nº 38.308.592.0001-86 participou do PREGÃO ELETRÔNICO 07/2022 ocorrido no dia 23/03/2022 e após transcorrida a fase de disputa sagrou-se vencedora por ofertar a este órgão a proposta mais vantajosa. Acontece que se valendo do direito de recurso a empresa Leila Araujo Argolo CNPJ 21.720.064/0001-37, apontou que nossa qualificação técnica apresentada não alcança 10% do "total solicitado", bem como questiona a validação de nota fiscal como carta de capacidade técnica. Vejamos, visto que esta empresa ofertou melhor proposta a este órgão, anexou atestados e nota fiscais. Há de se convir então que a vantajosidade aos cofres públicos é maior. Atrelado a este fato é nítido a que não descumprimos nenhum item deste edital tendo apresentado e atendido a todas exigências deste que rege e conduz o certame zelando pelo princípio da ampla concorrência."

4. Por seu turno, o Pregoeiro esclareceu (doc. nº 1864915), de forma concisa, que o edital não trouxe exigência de habilitação técnica, tampouco de obrigatoriedade manifestação das licitantes, após a oferta de último valor no certame.

É o breve Relatório.

5. De fato, o edital do Pregão nº 07/2022 não trouxe, entre os requisitos de habilitação, qualquer exigência relativa à *capacidade técnica* das concorrentes. Vejamos, abaixo, a documentação exigida na licitação (SEÇÃO XI - DA HABILITAÇÃO):

"11.1. Encerrada a etapa competitiva, bem como realizada a negociação e a aceitabilidade da melhor proposta, o Pregoeiro passará ao exame dos documentos que constam no sistema, devendo ser atendidas às seguintes exigências de habilitação:

11.1.1. Declaração da **licitante** de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei nº 9.854/99).

11.1.2. Declaração de inexistência de fato superveniente e impeditivo de sua habilitação, na forma do art. 32, § 2º, da Lei nº 8.666/93, **para as licitantes que tiverem sua regularidade atestada pelos dados do SICAF.**

OBS. As declarações de que tratam as condições 11.1.1 e 11.1.2 deverão ser apresentadas por meio do campo próprio no sistema, disponível quando do envio da proposta.

11.1.3. Habilitação jurídica:

a) comprovante de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado, no caso de sociedades por ações, de documentos de eleição de seus administradores;

c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

e) ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

OBS: O documento de habilitação jurídica deverá expressar objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação.

11.1.4. Regularidade fiscal:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- c) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1751/2014;
- d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital, do domicílio ou sede da licitante, mediante Certidão de Quitação de Tributos Estaduais/Distritais, ou certidão que comprove a regularidade com o ICMS, emitida pelo órgão competente.

11.1.5. Regularidade trabalhista:

- a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

11.1.6. Qualificação econômico-financeira:

- a) Certidão Negativa de Falência, Concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

a.1) As entidades em recuperação judicial poderão participar desta licitação quando amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta, econômica e financeiramente, a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº 8.666/1993 (Acórdão TCU nº 8.274/2011 – 2ª Câmara) e art. 58 da Lei nº 11.101/2005 (Lei de Falências).

(...)

11.10. O Pregoeiro efetuará, ainda, para efeitos de habilitação, consulta ao:

- a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;
- b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <http://portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>;
- c) SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93."

5.1. Inquestionável, então, não ter havido, no Pregão nº 7/2022, a necessidade de comprovação da capacidade técnica de qualquer uma das empresas que a ele acorreram.

6. Quanto à alegação da Recorrente, versando sobre suposto envio de anexo e/ou atendimento a diligência feita pelo Pregoeiro, achamos por bem transcrever, da Ata do Pregão (doc. nº 1852597), as mensagens que trataram dos itens 7 e 8:

"Sistema 23/02/2022 15:35:29 A etapa fechada foi iniciada para o item 7. Fornecedor que apresentou lance entre R\$ 39,0000 e R\$ 55,0000 poderá enviar um lance único e fechado até às 15:40:29 do dia 23/02/2022.

Sistema 23/02/2022 15:36:28 A etapa fechada foi iniciada para o item 8. Fornecedor que apresentou lance entre R\$ 50,0000 e R\$ 55,0000 poderá enviar um lance único e fechado até às 15:41:28 do dia 23/02/2022.

Sistema 23/02/2022 15:40:30 O fornecedor da proposta no valor de R\$ 55,0000 não enviou lance único e fechado para o item 7.

Sistema 23/02/2022 15:40:30 O item 7 está encerrado.

Sistema 23/02/2022 15:40:30 O item 7 teve empate real para os valores 70,0000 e 70,9500. Procedeu-se o sorteio eletrônico entre os fornecedores com propostas empatadas. Acompanhe as convocações no Julgamento de Propostas.

Sistema 23/02/2022 15:41:29 O item 8 está encerrado.

Sistema 23/02/2022 15:41:29 O item 8 teve empate real para o valor 72,1600. Procedeu-se o sorteio eletrônico entre os fornecedores com propostas empatadas. Acompanhe as convocações no Julgamento de Propostas.

(...)

Sistema 23/02/2022 15:50:15 A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Acompanhe essa etapa na funcionalidade "Acompanhar Julgamento / Habilitação / Admissibilidade".

Pregoeiro 23/02/2022 15:51:20 Encerrada a etapa de lances, faremos a partir deste momento o julgamento das propostas classificadas. Aguardem, por favor

Pregoeiro 23/02/2022 16:40:28 Para GLEICE MARIA SIQUEIRA DE BARROS SANTOS 03156578550 - Sua empresa foi classificada para os itens 07 e 08. Permite uma oferta com menores preços. Estamos aguardando.

Pregoeiro 23/02/2022 17:16:24 Para GLEICE MARIA SIQUEIRA DE BARROS SANTOS 03156578550 - Favor se manifestar."

6.1. Do teor das mensagens acima transcritas, constatamos uma única diligência do Pregoeiro dirigida à empresa GLEICE MARIA SIQUEIRA DE BARROS SANTOS, quando, nos termos da condição 9.1 do ato convocatório¹, tentou estabelecer negociação, a fim de obter valor ainda mais vantajoso para a Administração.

6.2. A ausência de manifestação da licitante não traz outra consequência além da manutenção do último valor por ela ofertada, tampouco merece tratamento diferenciado pelo Pregoeiro.

6.3. No que tange a *envio de anexo*, também aventado pela Recorrente, não há a correspondente previsão no ato convocatório, semelhante ao quanto afirmado e visto acima, quando tratamos do quesito capacidade técnica.

7. Ante o exposto, opinamos objetivamente pelo não acolhimento do Recurso impetrado pela empresa LEILA ARAUJO ARGOLO (docs. nºs. 1864255 e 1864256), mantendo-se, por consequência, a decisão do Pregoeiro, que declarou vencedora para os itens 7 e 8, a empresa GLEICE MARIA SIQUEIRA DE BARROS SANTOS (doc. nº 1852595).

É o parecer, *sub censura*.

À ASSESD.

1." 9.1. Finalizada a etapa competitiva, o **Pregoeiro** deverá encaminhar contraproposta diretamente à **licitante** que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital, observado, ainda, o valor estimado para a contratação e as disposições constantes das **condições 10.7 a 10.9** deste Edital."



Documento assinado eletronicamente por **Silene Mascarenhas de Souza, Assessor**, em 22/03/2022, às 12:55, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1869334** e o código CRC **145533BC**.